

**2.1 PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA OCUPAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO DE 14 POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ATIVIDADE DE AÇÃO EDUCATIVA – AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS:**

Submete-se proposta para abertura de procedimento concursal nos termos descritos na informação, que faz parte integrante da minuta.



**BRAGA**  
Município

**Documento nº:** I/38/DRH/2017

**Data Registo:** 15-05-2017

**Assunto:** Procedimento concursal comum para ocupação por tempo indeterminado de 14 postos de trabalho na carreira / categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa para a Divisão de Educação/ Agrupamentos de Escolas

**Classificador:** 0 - GENÉRICO

**Tipo Documento:** Informação Interna

**Livro:** Documento Interno

**Entidade:**

**Nome/Designação:** Luis Vaz

**Endereço:**

**Utilizador:** Graça Ribeiro (Dra)

**Destinatário:** Luis Vaz

**Conhecimentos:**

**Data:** 16-05-2017 12:06:34

**Documento:** I/38/DRH/2017

Concordo, ao Sr. Presidente para decisão sobre a apresentação da proposta à reunião do executivo, chamando a atenção para as alternativas enunciadas na presente informação.

**Utilizador:** Luis Vaz

**Destinatário:** Graça Ribeiro (Dra)

**Conhecimentos:**

**Data:** 15-05-2017 16:58:45

**Documento:** I/38/DRH/2017

Para informar.

**Utilizador:** Luis Vaz

**Destinatário:** Luis Vaz

**Conhecimentos:**

**Data:** 15-05-2017 16:23:35

**Documento:** I/38/DRH/2017

Criação automática de pedido

*Os dados disponibilizados, válidos à data da sua divulgação, são da responsabilidade das respectivas fontes, sendo qualquer utilização ou manipulação posteriores da exclusiva responsabilidade do seu autor.*

A ns do Excmo,  
Abre-se procedimento concursal nos termos  
descritos na alínea b) de presente informação,  
e pelos fundamentos aí melhor aduzidos.  
17.05.16



**BRAGA**  
Município

DMGAP/DRH - DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

## INFORMAÇÃO Nº I/38/DRH/2017

Referência	Data
0-GENÉRICO	15-05-2017
<b>Assunto: Procedimento concursal comum para ocupação por tempo indeterminado de 14 postos de trabalho na carreira / categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa, para a Divisão de Educação/ Agrupamentos de Escolas</b>	

Face à proposta apresentada pela Vereadora do pelouro de Educação, que se anexa, de abrir procedimento concursal para ocupação por tempo indeterminado de 14 postos de trabalho na carreira / categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa para a Divisão de Educação/ Agrupamentos de Escolas:

1. O mapa de pessoal do Município de Braga para 2017, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 30 de novembro de 2016, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 31 de outubro de 2016, prevê o recrutamento para a Divisão de Educação, de quinze assistentes operacionais, atividade de ação educativa;
2. Em, 01 de fevereiro de 2017, e por acordo de mobilidade previsto no art.º 92.º e seguintes do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, foi ocupado um posto de trabalho, na carreira/categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa;
3. Nos termos do art.º 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP)):
  - a. O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito a trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, cfr. n.º 3;
  - b. Em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, o órgão ou serviço, precedendo parecer, pode recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento consursal, cfr. n.º 4;
4. Na Câmara Municipal não existe reserva de recrutamento constituída, que permita satisfazer as características do posto de trabalho a ocupar e relativamente à consulta efetuada à Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), nos termos do artigo 4º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria nº 145-A/2011, de 6 de abril verifica-se, segundo informação prestada pelo INA – Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, que “não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de quaisquer candidatos com o perfil adequado”.
5. Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à

ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se à informação da diretora de departamento de recursos humanos, tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 de:

- a. Propor ao órgão executivo municipal, nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, a aprovação para a abertura de procedimento concursal comum destinado a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado atento o previsto no n.º 3 do art.º 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), com vista à ocupação de catorze postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa para a exercer a atividade nos agrupamentos de escolas, ou
- b. Propor ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize desde já, por razões de economia e celeridade processual e atendendo à circunstância de se revelar fortemente provável não ser possível o preenchimento dos postos de trabalho em causa restringindo o recrutamento a candidatos detentores de vínculo de emprego público, pelo facto de se tratar de recrutamento para carreira e categoria a que corresponde o nível remuneratório mais baixo da Tabela Remuneratória Única da Administração Pública, a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo, bem como sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação de catorze postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, atividade de ação educativa para a exercer a atividade nos agrupamentos de escolas, validando desta forma o requisito da *"impossibilidade de ocupação do posto de trabalho em causa por trabalhadores com vínculo de emprego público previamente constituído"* nunca descurando o cumprimento do previsto no n.º 3, art.º 30.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20/06, ou seja, a prioridade aos candidatos aprovados com vínculo de emprego público por tempo indeterminado, por ordem decrescente da lista unitária de ordenação final.

O coordenador técnico  
Luís Vaz